

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

18º SIMULADO – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

Ética

Glauber Soares

Em atendimento ao bem comum, o servidor Tércio omitiu informações à cidadã Mélvia a respeito de procedimento equivocadamente efetivado no contexto da Administração Pública. Diante da situação hipotética e considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 O comportamento de Tércio é adequado, considerando a finalidade por ele buscada: o interesse público.
- 2 A conduta descrita não encontra previsibilidade expressa no Código de Ética dos(as) servidores(as) no âmbito do Executivo Federal.
- 3 Caso ocorra apuração de natureza ética quanto ao comportamento do servidor, é necessário assegurar a ampla defesa e o contraditório. Adicionado a isso, é preciso preservar a honra e a imagem de Tércio.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 4 É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- 5 É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- 6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.
- 7 Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa temporário de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- 8 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 9 É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- 10 O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Direito Administrativo

Raphael Spere

No tocante ao conceito de Administração Pública e aos poderes que lhes são atribuídos, julgue as próximas assertivas como certas ou erradas.

- 11 Em sentido material, a Administração Pública é o conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado com o objetivo de fazer a gestão de certas áreas de uma sociedade, como Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente.
- 12 **Situação hipotética:** determinada chefia do INSS ordenou que um grupo de servidores da referida autarquia avaliasse determinados procedimentos de concessão de benefício e diagnosticasse aqueles que se achavam com prazo a vencer. **Assertiva:** nesse caso, o poder exercido pela chefia é disciplinar e deriva do poder hierárquico.
- 13 O poder administrativo hierárquico configura um poder de estruturação interna da atividade pública de uma pessoa jurídica, determinando uma relação de hierarquia e subordinação entre os seus órgãos e agentes, sendo a delegação e a avocação formas de sua expressão.

Assim como se impõe aos particulares em geral a obrigação de indenizar os danos que derem causa, também deverá o Estado indenizar os danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Sobre as disposições contidas na CF/1988, art. 37, § 6º, julgue a seguinte afirmação.

- 14 As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos atos que causarem danos a particulares somente se verificado que a conduta tenha sido dolosa ou culposa.

Julgue as afirmativas a seguir a respeito da competência para edição de atos administrativos.

- 15 O ato administrativo que padece de vício na competência fica caracterizado quando exarado por órgão ou agente sem atribuições legais.
- 16 Por aplicação da teoria da aparência, os atos praticados por agentes de fato devem ser considerados válidos com o propósito de proteger a boa-fé do administrado.

Julgue a questão a seguir tomando como fundamento as normas contidas na Lei n. 8.429/1992, Lei Geral de Atos de Improbidade Administrativa.

- 17 Não se configura ato de improbidade administrativa que atenta contra princípios a mera nomeação ou indicação política promovida por agentes com mandato eletivo.

Gramática e Texto

Fidelis Almeida

Texto I para responder aos itens de 18 a 26.

- 1 Quando se procuram as condições psicológicas do progresso da ciência, logo se chega à convicção de que é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado. E não se trata de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos, nem de incriminar a fragilidade dos sentidos e do espírito humano: é no âmago do próprio ato de conhecer que aparecem, por uma espécie de imperativo funcional, lentidões e conflitos. É aí que mostraremos causas de estagnação e até de regressão, detectaremos causas de inércia às quais daremos o nome de obstáculos epistemológicos. O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras. Nunca é imediato e pleno. As revelações do real são recorrentes. O real nunca é "o que se poderia achar" mas é sempre o que se deveria ter pensado. O pensamento empírico torna-se claro depois, quando o conjunto de argumentos fica estabelecido. Ao retomar um passado cheio de erros, encontra-se a verdade num autêntico arrependimento intelectual. No fundo, o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando o que, no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização.
- 20 A ideia de partir de zero para fundamentar e aumentar o próprio acervo só pode vingar em culturas de simples justaposição, em que um fato conhecido é imediatamente uma riqueza. Mas, diante do mistério do real, a alma não pode, por decreto, tornar-se ingênua. É impossível anular, de um só golpe, todos os conhecimentos habituais. Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. Quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho, porque tem a idade de seus preconceitos. Aceder à ciência é rejuvenescer espiritualmente, é aceitar uma brusca mutação que contradiz o passado.

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico. Tradução do original em francês de 1938. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.*

Considerando os sentidos e as estruturas linguísticas do texto I, julgue os itens subsequentes.

- 18 Segundo o texto, é impossível o homem conhecer a realidade, pois inevitavelmente será inebriado pelos seus sentidos.
- 19 O texto concebe que a busca pela compreensão da realidade enfrenta obstáculos de natureza interna e externa ao homem.
- 20 Os vocábulos “espécie” (l.7), “próprio” (l.19) e “ingênua” (l.23-24) são acentuados graficamente segundo a mesma regra ortográfica.
- 21 O vocábulo “Quando” (l.1) denota circunstância temporal, razão pela qual é morfologicamente um advérbio de tempo.
- 22 As vírgulas empregadas imediatamente após “ciência” (l.2) e “erros” (l.16) são empregadas segundo regras de pontuação distintas.
- 23 Ao empregar o substantivo “âmago” (l.6), o autor indica que a busca pelo conhecimento possui uma essência, na qual ocorrem eventos que o desfavorecem.

- 24 Os sinais indicativos de crase empregados em “à espiritualização” (l.19), “à cultura científica” (l.26-27) e “à ciência” (l.28) são explicados segundo o mesmo princípio gramatical.
- 25 Os termos “às quais” (l.9) e “à ciência” (l.28) integram o sentido dos verbos a que se ligam semanticamente.
- 26 O texto pertence predominantemente à tipologia textual argumentativa em razão de o autor apresentar fatos que se interpõem entre o espírito humano e o conhecimento da realidade.

Texto II para responder aos itens de 27 a 32.

- 1 Renovação é o grito de chamada geral no nosso doloroso presente, e é-o no domínio de conjunto da cultura européia. A guerra, que devastou a Europa desde o ano de 1914 e que, desde 1918, apenas preferiu, em vez dos meios de coação militares, os meios “mais refinados” das torturas da alma e das misérias econômicas moralmente depravantes, pôs a descoberto a íntima inverdade, a ausência de sentido desta cultura. Todavia, esta descoberta significa precisamente a obstrução da sua força impulsora mais própria. Uma nação, uma humanidade vive e cria na plenitude das forças quando é transportada por uma crença impulsionadora em si mesma e num sentido belo e bom da sua vida de cultura; quando, por conseguinte, não simplesmente vive, mas antes vive ao encontro de uma grandeza que tem diante dos olhos e encontra satisfação no seu sucesso progressivo, pela realização de valores autênticos cada vez mais elevados. Ser um membro importante de uma tal humanidade, colaborar numa tal cultura, contribuir para os seus valores exaltantes, é a ventura de todos aqueles que são excelentes, a qual os eleva acima das suas preocupações e infortúnios individuais.

- 20 Esta crença que nos elevou, a nós e a nossos pais, e que se transmitiu às nações que, como a japonesa, só nos tempos mais recentes se juntaram ao trabalho da cultura europeia, esta crença é o que perdemos, o que perderam círculos alargados do povo. Se ela já se tinha tornado vacilante antes da guerra, desmoronou-se agora completamente. Como homens livres, estamos perante este fato; ele deve determinar-nos do ponto de vista prático. De acordo com isso, dizemos: algo novo deve suceder; deve suceder em nós e através de nós próprios, através de nós enquanto membros da humanidade vivendo neste mundo, dando-lhe forma através de nós e recebendo forma através dele. Será que deveremos aguardar para ver se esta cultura não sana a partir de si própria, no jogo de sorte entre as suas forças produtoras e destruidoras de valores? Deveremos promulgar a “decadência do Ocidente” como um fatum que se abate sobre nós? Este fatum só o é, porém, se o olharmos passivamente – se passivamente o pudermos olhar. Mas isso não o podem nem mesmo os que no-lo anunciam.

Somos homens, sujeitos de vontade livre, que engrenam ativamente no seu mundo circundante, que constante e conjuntamente o configuram. Quer queiramos quer não, mal ou bem, fazemos assim.

HUSSERL, Edmund. *Renovação. Seu Problema e Método. Covilhã, 2008. Com adaptações.*

Considerando os sentidos do texto e as suas estruturas linguísticas, julgue os subsequentes.

- 27 Infere-se do texto que uma cultura pode ser destruída não apenas por meio militares, mas ainda pelo expediente da retirada do seu sentido.

- 28 O termo “a ausência de sentido desta cultura” (l.6-7) é sintaticamente coordenado a “a íntima inverdade” (l.6).
- 29 Os vocábulos “torturas” (l.5), “obstrução” (l.8), “encontro” (l.12) e “ventura” (l.17) regem a preposição “de” imediatamente posposta a cada um deles.
- 30 O vocábulo “européia” (l.2) é acentuado em razão de ser paroxítona terminada em ditongo aberto.
- 31 O trecho “Somos homens, sujeitos de vontade livre, que engrenam ativamente no seu mundo circundante...” (l.36-37) conserva sua correção gramatical caso seja reescrito da seguinte forma: *Somos homens, sujeitos de vontade livre, que engrenamos ativamente no seu mundo circundante...*
- 32 O texto apresenta um tom de conclamação para que a cultura ocidental seja valorizada a partir da resistência às ideias que promovem o seu enfraquecimento.

Redação Oficial

Fidelis Almeida

Considerando o Manual de redação da Presidência da República (3ª edição), julgue os itens subsequentes.

- 33 É legítimo e recomendado o emprego de sinônimos no texto oficial a fim de evitar a repetição de vocábulos.
- 34 Nos textos oficiais, os vocábulos pertencentes a língua estrangeira devem ser grafados em negrito.
- 35 Na redação oficial, os pronomes de tratamento são empregados exclusivamente no vocativo e no corpo do texto.
- 36 No texto padrão ofício, o nome da autoridade que o expede é grafado em letras maiúsculas, em negrito.
- 37 A exposição de motivo é costumeiramente redigida por deputados e senadores ao Presidente da República, com o propósito de propor alguma medida.

Raciocínio Lógico

Marcelo Leite

- 38 Considere as seguintes sentenças.
- I** – O INSS recebeu o pedido de aposentadoria do senhor Carlos.
II – Nenhuma agência do INSS irá funcionar dia 18/08/2022.
III – Onde serão alocados os candidatos aprovados no concurso para técnico de seguro social do INSS?
IV – Ele foi aprovado no último certame do INSS.
- Entre as afirmações citadas, apenas uma é considerada proposição.
- 39 Considerando a proposição P: “Se os novos diretores trabalharem com eficácia e seus subordinados cumprirem com a tarefa direcionada, o cidadão será beneficiado”. A tabela-verdade associada à proposição P possui menos de 10 linhas.

- 40 Suponha que a afirmação “Ana solicitará a aposentadoria ou Paulo não solicitará o benefício” seja falsa. Nesse caso, é correto concluir que Paulo solicitará o benefício.

Considere os conectivos lógicos usuais e assumo que as letras maiúsculas representam proposições lógicas e que o símbolo \sim representa a negação. Considere também que as três primeiras colunas de uma tabela-verdade que envolve as proposições lógicas P, Q e R sejam as seguintes.

P	Q	R
V	V	V
V	V	F
V	F	V
V	F	F
F	V	V
F	V	F
F	F	V
F	F	F


Com base nas informações apresentadas, julgue o item a seguir.

- 41 A última coluna da tabela-verdade relacionada à expressão $(P \wedge Q) \rightarrow R$ apresenta valores V ou F na seguinte sequência, de cima para baixo: VVVVVVVV
- 42 Considere que a quantidade de servidores que estão lotados em certa agência do INSS, em janeiro de 2022, era igual a 60. Para o mês de fevereiro de 2022, a previsão do total de servidores passará a ser igual a 78. Com isso, o aumento percentual, em relação à quantidade de servidores em fevereiro de 2022, será superior a 27%.

Informática

Maurício Franceschini

- 43 Um usuário precisou verificar as configurações de sua placa de rede e, para isso, usou o comando ipconfig no terminal de comandos do Windows 10. Dentre as informações apresentadas, havia o endereço IPv4 de sua placa de rede ethernet, que era 192.168.1.15, um endereço de rede válido.
- 44 A Barra de Tarefas do Windows 10 é um recurso que permite acessar programas em execução, a qual fica disposta na parte inferior da tela, podendo também ser posicionada à direita ou à esquerda, porém não na parte superior da tela.
- 45 No editor de planilhas eletrônicas MS Excel, o recurso Rastrear Precedentes indica, por meio de setas, todas as células que afetam o valor resultante da célula atual.
- 46 Um usuário precisa acessar seu e-mail a partir de um computador de uma lan house, porém não deseja que seus dados fiquem armazenados naquele equipamento. Para isso, ele pode acionar o recurso Navegação InPrivate do Google Chrome, por meio das teclas CTRL+SHIFT+P, o qual garantirá que seus dados serão apagados após a navegação.

- 47 No MS Word, para se formatar os parágrafos de forma que recebam uma numeração incremental automática, basta selecionar os parágrafos e clicar no botão Marcadores, representado pelo botão .

Regimento Jurídico Único

Sergio Gaúcho

- 48 Redistribuição é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- 49 Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário-mínimo.
- 50 O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a ajuda de custo destinada a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.

Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Fernando Maciel

- 51 Apesar de não possuir fundamento normativo na CF/88, a solidariedade é um dos princípios basilares da Seguridade Social brasileira.
- 52 O Regime de Previdência Complementar, de natureza privada, teve como embrião o sistema mutualista do MONGERAL, datado de 1835.
- 53 A tríple fonte de custeio do Seguro Social é uma característica instituída pela Constituição Brasileira de 1937.
- 54 A Seguridade Social brasileira pode ser considerada como um conjunto integrado de ações, de iniciativa do Poder Executivo e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- 55 Os irmãos Cícero, Heitor e Prático residem no litoral brasileiro e fazem da pesca o seu principal meio de vida. Cícero é um exímio pescador que utiliza uma embarcação de pequeno porte. Heitor, por não saber nadar, permanece no litoral e realiza o processamento do produto da pesca. Prático, fazendo jus ao seu nome, também fica no litoral e promove a confecção e reparo dos petrechos de pesca. Considerando o que dispõe a legislação previdenciária, apenas Cícero será considerado segurado especial, porquanto Heitor e Prático não se enquadram no conceito de pescador artesanal.
- 56 A filiação na qualidade de contribuinte individual representa ato volitivo, gerando efeito somente a partir da inscrição e do primeiro recolhimento, não podendo retroagir e não permitindo o pagamento de contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.
- 57 Cláudio Fontes é um membro da Cooperativa de Recicladores do Distrito Federal. Na hipótese de Cláudio assumir um cargo de direção e, em virtude disso, passar a receber remuneração pelo seu trabalho gerencial, ele será considerado um contribuinte individual do RGPS.

- 58 Para fins de enquadramento na condição de trabalhador avulso, considera-se bloco a atividade de limpeza e conservação de embarcações mercantes e de seus tanques, incluindo batimento de ferrugem, pintura, reparo de pequena monta e serviços correlatos.
- 59 Juarez Marques é um segurado empregado do RGPS, sendo qualificado como sendo de baixa renda. Por possuir um filho de 12 anos de idade, Juarez fará jus a receber o benefício de salário-família, o qual irá cessar no mês em que o seu filho completar a idade de 14 anos.
- 60 Ao conduzir o seu veículo em excesso de velocidade, Estéfany Silva foi a responsável por um grave acidente de trânsito, culminado a morte de seu pai, Carlos Silva, que se encontrava no banco do carona. Após ser condenada criminalmente e cumprir a pena de 1 ano de detenção que lhe foi imposta pelo delito de homicídio culposo, Estéfany pretende obter o benefício de pensão por morte de seu pai, o que fará jus a contar do requerimento administrativo.
- 61 Para comprovação do vínculo e da dependência econômica, conforme o caso, deverão ser apresentados, no mínimo, três documentos, dentre eles: certidão de nascimento de filho havido em comum; certidão de casamento religioso; disposições testamentárias; prova de mesmo domicílio etc.
- 62 Para os segurados contribuinte individual e facultativo optantes pelo recolhimento trimestral de suas contribuições, que tenham solicitado qualquer benefício previdenciário, o salário-de-benefício consistirá na média aritmética simples de todos os salários-de-contribuição integrantes da contribuição trimestral, desde que efetivamente recolhidos.
- 63 Na hipótese de atividades concomitantes que acarretem vinculação ao RGPS, o segurado somente fará jus ao benefício de aposentadoria por incapacidade permanente se ficar condicionada ao afastamento do segurado de todas as suas atividades.
- 64 A aposentadoria programada do professor será concedida para aquele que, cumprido o período de carência exigido, preencha cumulativamente os requisitos de 57 anos de idade se mulher e 60 anos se homem, bem como 25 anos de contribuição, para ambos os sexos, em efetivo exercício na função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio.
- 65 A aposentadoria por idade da pessoa com deficiência, cumprida a carência, é devida ao segurado aos 60 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência.
- 66 O auxílio por incapacidade temporária exige, dentre outros requisitos, a incapacitação para o trabalho por mais de 15 dias consecutivos. Considerando que o segurado facultativo não pode exercer atividade remunerada, pois, se assim o fizer, será considerado um segurado obrigatório do RGPS, é correto dizer que os facultativos não fazem jus ao referido benefício previdenciário.
- 67 Joana Moraes estava grávida de 7 meses quando veio a perder o seu bebê em virtude de um aborto espontâneo, o qual restou comprovado por atestado médico. Em tal hipótese, Joana fará jus ao benefício de salário-maternidade pelo prazo de 2 semanas.

- 68** João da Luz exerce a função de electricista há 20 anos, prestando seus serviços de forma autônoma a diversos contratantes, procedendo regularmente ao recolhimento de suas contribuições sociais ao RGPS. No mês de agosto de 2022, ao realizar um reparo na residência de um de seus clientes, João sofreu uma descarga elétrica que lhe acarretou uma seqüela em sua mão direita, representada pela paralisação parcial dos dedos de seus dedos. Nesse caso, ao buscar a proteção previdenciária perante o INSS, João fará jus ao benefício de auxílio-acidente.
- 69** A condição de dependente previdenciário dos filhos e irmãos perdura, em tese, até os 21 anos de idade. Na hipótese de o dependente apresentar alguma deficiência intelectual, mental ou grave, o vínculo de dependência poderá, excepcionalmente, ser prorrogado para além da maioridade previdenciária. Porém, se após os 21 anos de idade o filho/irmão com deficiência vir a exercer alguma atividade remunerada, inclusive na condição de MEI, isso acarretará a perda da pensão por morte que vinha recebendo.
- 70** Na hipótese de um segurado preso em regime fechado vir a se evadir do sistema prisional, o auxílio-reclusão que vinha sendo concedido aos seus dependentes será suspenso, sendo restabelecido quando da recaptura do segurado, desde que isso ocorra enquanto ainda mantida a qualidade de segurado.

Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Rodrigo Lima

- 71** No que concerne às fontes do Direito Previdenciário, pode-se afirmar que a Medida Provisória n. 871, de 18 de janeiro de 2019, caracteriza-se como uma fonte primária.
- 72** No que concerne às fontes do Direito Previdenciário, pode-se afirmar que o Decreto n. 3.048/1999 é caracterizado como uma fonte secundária.
- No que diz respeito a legislação previdenciária, especificamente quanto às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.
- 73** Apesar de não ser entendimento pacífico, a doutrina vem classificando o Direito Previdenciário como um ramo didaticamente autônomo do direito público ou do direito social.
- No que diz respeito à legislação previdenciária, especificamente quanto a suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue o item que se segue.
- 74** No método de interpretação teleológica, o intérprete deve visualizar a lei objeto de interpretação como parte de um todo, buscando compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as outras normas do ordenamento jurídico.
- 75** Para fins de custeio da Previdência Social, não se considera empresa, nem a ela se equipara, a empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) que assume o risco de atividade econômica.

- 76** Para fins de custeio da Previdência Social, consideram-se equiparadas às empresas: a cooperativa, a missão diplomática e a repartição consular de carreiras estrangeiras ou a associação ou a entidade de qualquer natureza ou finalidade.

Acerca do conceito de empregador doméstico, julgue o item seguinte.

- 77** Considera-se empregador doméstico aquele que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa nem remuneração, empregado doméstico.
- 78** A contribuição social do empregador rural pessoa física, em substituição à contribuição patronal sobre a remuneração dos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviço, será de 1,3% sobre a receita bruta da comercialização da produção rural. Todavia, opcionalmente, o empregador rural pessoa física poderá substituir a contribuição sobre a receita bruta pela contribuição sobre a folha de salários.
- 79** Consoante disposto na Lei n. 8.212/1991, o salário de contribuição do empregado doméstico será a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
- 80** A contribuição social do segurado especial sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural é de 2,3% sobre a referida receita bruta.
- 81** A associação desportiva Silva & Silva Futebol Clube, que mantém equipe de futebol profissional, promoveu, na cidade de Londrina, um jogo de baseball entre seus jogadores titulares. O mencionado evento foi aberto aos torcedores do time, mediante aquisição de ingresso para assistir à disputa. Pode-se afirmar que, nessa situação, a associação desportiva Silva & Silva deverá recolher contribuição social correspondente a cinco por cento da receita bruta arrecadada para esse jogo.

Ana é empregada doméstica na casa de Solange. No dia 25 de março de 2022, Ana sofreu um acidente de trânsito durante o percurso de sua casa para o trabalho na casa de Solange. Por causa de tal incidente, Ana ficou incapacitada temporariamente de exercer seu trabalho por mais de 15 dias consecutivos. Com base no exposto, julgue o item a seguir:

- 82** A contribuição social patronal devida por Solange, como empregadora doméstica, incidente sobre o salário de contribuição de Ana, será de 8% acrescido de 0,8% para o financiamento do seguro contra acidente de trabalho.

Maurício é empregado da empresa Doces & Doces S.A, localizada no município de Curitiba, e recebeu, no mês de julho de 2022, R\$ 1.500,00, a título de diárias, por conta de uma viagem que fez para São Paulo, no interesse da empresa. Considerando que o salário de Josué é R\$ 1.500,00 mensais, julgue o item a seguir.

- 83** Para fins de cálculo da contribuição previdenciária, o valor recebido a título de diárias será parte não integrante do salário de contribuição de Maurício.

84 Conforme disposto na Lei n. 8.212/1991, as diárias pagas para viagem não constituem base de incidência dos encargos previdenciários somente quando excederem a 50% da remuneração do empregado.

85 Sobre o recolhimento de contribuição previdenciária fora do prazo, julgue o item a seguir.

Não poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado as contribuições devidas à seguridade social já descontadas dos segurados empregados, inclusive o doméstico, trabalhador avulso e contribuinte individual, e não recolhidas até seu vencimento.

Sobre o recolhimento de contribuição previdenciária, julgue o item a seguir.

86 A empresa não é obrigada a arrecadar a contribuição do contribuinte individual, descontando-a da respectiva remuneração.

Acerca de arrecadação e recolhimento das contribuições, julgue o seguinte item.

87 O contribuinte individual, quando exercer atividade econômica por conta própria, é obrigado a recolher sua contribuição, por iniciativa própria, até o dia dez do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem.

Acerca dos crimes contra a Previdência, julgue o item que se segue.

88 No crime de apropriação indébita previdenciária, a pena será reduzida em dois terços, se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, antes do término da ação fiscal.

Acerca dos crimes contra a seguridade social, julgue o item que se segue.

89 Incide no crime de sonegação de contribuição previdenciária o representante legal da empresa que, para diminuir o valor das parcelas devidas à Previdência Social, omite, propositalmente, da sua folha de pagamento os nomes de dez de seus empregados contratados.

Acerca dos crimes contra a seguridade social, julgue o item que se segue.

90 O funcionário público que adiciona informações incorretas ao banco de dados da Administração Pública, por distração, pratica crime de inserção de dados falsos em sistema de informações.

Seguridade Social (Direito Previdenciário)

Pollyanna Saito

Julgue os itens abaixo em relação à PRESCRIÇÃO e à DECADÊNCIA.

91 Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), ante a natureza tributária das contribuições sociais para a Seguridade Social, aplicam-se as regras do Código Tributário Nacional, no que diz respeito à prescrição e à decadência, sendo de 5 (cinco) anos o prazo.

92 O prazo prescricional da ação para cobrança do crédito das contribuições sociais é interrompido pela moratória.

93 A prescrição e a decadência não correm contra menores de 21 (vinte e um) anos, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

94 O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em (10) dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

95 As ações referentes à prestação por acidente do trabalho prescrevem em 10 (dez) anos, contados do acidente, quando dele resultar a morte ou a incapacidade, comprovada em perícia médica a cargo da Previdência Social ou da data em que for concedido o benefício acidentário.

No que diz respeito aos recursos administrativos contra as decisões administrativas, julgue os itens a seguir.

96 O segurado poderá requerer ao INSS a realização de nova perícia médica por meio de Pedido de Prorrogação (PP) nos quinze dias anteriores à cessação do benefício, cuja perícia poderá ser realizada pelo mesmo profissional responsável pela avaliação anterior. Se o PP for negado, o segurado terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação da decisão administrativa contrária, para recorrer à Junta de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social — JR/CRPS.

97 A interposição de recurso administrativo contra decisão do INSS que indeferiu pedido de concessão de benefício inviabiliza a propositura de ação judicial com o mesmo objeto do pleito denegatório, enquanto não for julgado em definitivo o referido recurso na esfera administrativa.

98 O direito à continuidade do benefício por incapacidade temporária com estimativa de Data de Cessação de Benefício (alta programada) pressupõe, por parte do segurado, pedido de prorrogação recurso administrativo ou pedido de reconsideração, quando previstos normativamente, sem o quê não se configura interesse de agir em juízo.

- 99** Compete à Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Perícia Médica Federal, o julgamento dos recursos das decisões constantes de parecer conclusivo quanto à incapacidade laboral e à caracterização da invalidez do dependente, na forma do regulamento. Até a edição do citado regulamento a regra não poderá ser aplicada, sendo a atribuição para o julgamento dos recursos dos integrantes da carreira de Perito Médico Federal e o julgador será autoridade superior, de acordo com a hierarquia administrativa do órgão, àquela que tenha realizado o exame médico pericial.
- 100** Ocorrendo a perda da qualidade de segurado, este poderá providenciar o recolhimento da contribuição previdenciária referente ao mês imediatamente posterior ao do final dos prazos fixados como período de graça para fins de requalificação da qualidade de segurado.
- 101** O período de graça pode ou não ter duração determinada. As hipóteses de manutenção da condição de segurado sem contribuição estão enumeradas na lei do Plano de Benefícios da Previdência Social.
- 102** Mantém a qualidade de segurado, por até 12 (doze) meses após o licenciamento, independentemente do pagamento de novas contribuições, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- 103** A manutenção da qualidade de segurado será prorrogada para até 24 (vinte e quatro) meses, se o segurado já tiver pago mais de 120 (cento e vinte) contribuições mensais sem interrupção que acarrete a perda da qualidade de segurado, e deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- 104** A perda da qualidade de segurado ocorrerá no dia seguinte ao do vencimento da contribuição do contribuinte individual relativa ao mês imediatamente posterior ao término do prazo fixado no Plano de Custeio da Seguridade Social. A perda da qualidade de segurado consequentemente acarreta a perda do direito a todas as coberturas previdenciárias.
- 105** Não perde a qualidade de segurado aquele que interrompe o recolhimento das contribuições previdenciárias por circunstâncias causadas pela incapacidade total e permanente para o trabalho, legalmente comprovada, fazendo jus à aposentadoria por incapacidade permanente nos termos da Emenda Constitucional n. 103/2019.
- 106** Uma vez negado pelo INSS o pedido do beneficiário da previdência ou assistencial social, acaso o requerente não tenha se resignado com a negativa, poderá o beneficiário impugnar a decisão por meio de pedido de revisão do indeferimento administrativo, que poderá ser protocolizado a qualquer tempo, desde que observada a prescrição quinquenal e a decadência decenal prevista na Lei n. 8.213, de 1991.
- 107** O pedido de revisão do indeferimento administrativo somente será acolhido na situação de constatação de erro administrativo, sem a apresentação de elementos novos pelo requerente, devendo ser pagos os atrasados. Todavia, não se consideram novos elementos para a autarquia outros elementos não presentes na análise inicial que possam interferir no reconhecimento do direito ou de suas características.

- 108** O período de aviso prévio que foi indenizado deve ser projetado como de manutenção da qualidade de segurado empregado, de modo que o período de graça se inicia apenas após o término dessa projeção.
- 109** A prorrogação da qualidade de segurado por desemprego involuntário, não poderá se estender ao segurado contribuinte individual quando da cessação da atividade econômica por ele exercida por causa involuntária, ainda que comprove ausência de atividade posterior.
- 110** A percepção do benefício auxílio-acidente, por si só, não tem o condão de manter a qualidade de segurado ao beneficiário, tendo em vista tratar-se de benefício não substitutivo da remuneração do segurado.

Seguridade Social (LOAS)

Ravan Leão

Em relação às instâncias deliberativas do SUAS, julgue os itens a seguir à luz da Lei n. 8.742/1993.

- 111** O CNAS tem caráter paritário: metade dos seus membros são representantes do INSS e a outra metade é composta por representantes da sociedade civil, realizando o chamado controle social das ações da assistência social.
- 112** Após 10 (cinco) anos da publicação da criação do auxílio inclusão, ele passa por revisão com vistas ao seu aprimoramento.

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, no que tange ao BPC, julgue o item que se segue.

- 113** São requisitos para a concessão, a manutenção e a revisão do benefício as inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e no Cadastro Único para Programa bolsa escola - Cadastro Único, conforme previsto em regulamento.

Acerca das entidades e organizações de Assistência Social, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, julgue o item que se segue.

- 114** São de atendimento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS.

Acerca da Lei Orgânica da Assistência Social, julgue os itens que se seguem.

- 115** A assistência social é direito do cidadão e dever do Estado; é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

- 116** O auxílio-inclusão será devido a partir da data do requerimento, e o seu valor corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor do benefício de prestação continuada em vigor. Ao requerer o auxílio-inclusão, o beneficiário autorizará a suspensão do benefício de prestação continuada, nos termos da Lei.
- 117** Considera-se improdutivo ou incapaz para o trabalho a pessoa idosa ou portadora de deficiência física pertencente à família cuja renda mensal seja inferior a 1/4 do salário-mínimo.
- 118** Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social a gestão do auxílio-inclusão; e ao INSS, a sua operacionalização e pagamento do auxílio inclusão.
- 119** Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou social, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- 120** A assistência social, dentre outros, rege-se pelos seguintes princípios: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; e universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.



18º SIMULADO
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	E	E	C	C	C	C	E	C	C	C	E	E	C	E	C	C	C	E	C	C
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	E	C	C	C	E	C	E	E	E	C	C	E	E	E	E	E	E	C	C
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	C	E	C	E	E	E	C	E	E	C	E	E	E	E	C	C	E	C
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	C	C	C	E	C	E	E	C	C	C	C	E	E	C	E	C	E	E
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	C	C	E	C	E	E	E	C	E	C	E	E	C	E	C	E	C	C	C
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	C	E	C	E	C	C	E	C	E	C	E	C	E	E	C	E	E	E	E	C

App

GRAN QUESTÕES



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

» E, com **mais de 1 milhão de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 340 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!



18º SIMULADO – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

Ética

Glauber Soares

Em atendimento ao bem comum, o servidor Tércio omitiu informações à cidadã Mélvia a respeito de procedimento equivocadamente efetivado no contexto da Administração Pública. Diante da situação hipotética e considerando o disposto nos Decretos n. 1.171/1994 (Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal) e n. 6.029/2007 (Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal), julgue os itens.

- 1 O comportamento de Tércio é adequado, considerando a finalidade por ele buscada: o interesse público.

Errado.

De acordo com o Decreto n. 1.171/1994, Seção I, Regras Deontológicas, VIII, toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Dessa forma, fins não justificam meios. Ainda que com a justificativa de se buscar o bem comum, o servidor não poderia omitir a verdade. Nesse sentido, o item está incorreto.

- 2 A conduta descrita não encontra previsibilidade expressa no Código de Ética dos(as) servidores(as) no âmbito do Executivo Federal.

Errado.

De acordo com o Decreto n. 1.171/1994, Seção I, Regras Deontológicas, VIII, toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública. Nesse sentido, o item está incorreto, pois temos previsão expressa da conduta no Código de Ética.

- 3 Caso ocorra apuração de natureza ética quanto ao comportamento do servidor, é necessário assegurar a ampla defesa e o contraditório. Adicionado a isso, é preciso preservar a honra e a imagem de Tércio.

Certo.

Conforme disposto no Decreto n. 6.029/2007, art. 12, o processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal será instaurado, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa. Além disso, o **art. 10**. Prevê que os trabalhos das Comissões de Ética devem ser desenvolvidos com celeridade e observância da proteção à honra e à imagem da pessoa investigada. Portanto, item correto.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

Julgue os itens.

- 4 É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Certo.

Art. 5º, V, CF - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

- 5 É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Certo.

Art. 5º, VI, CF - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

- 6 São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.

Certo.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 90, de 2015)

- 7 Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa temporário de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.

Errado.

É permanente, e não temporário, segundo o art. 6º, parágrafo único, CF. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 114, de 2021)

- 8 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Certo.

Art. 37, V, CF - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

- 9 É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Certo.

Art. 37, VI, CF - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

- 10 O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Certo.

Art. 37, VII, CF - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998)

Direito Administrativo

Raphael Spyere

No tocante ao conceito de Administração Pública e aos poderes que lhes são atribuídos, julgue as próximas assertivas como certas ou erradas.

- 11 Em sentido material, a Administração Pública é o conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado com o objetivo de fazer a gestão de certas áreas de uma sociedade, como Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente.

Errado.

A questão errou ao afirmar que o conceito apresentado tem sentido material, quando, na verdade, tem sentido formal. Os conceitos foram “trocados”. Com efeito, ensinam Alexandrino e Paulo (2017, p. 22) que: “Administração pública em sentido **formal**, subjetivo ou orgânico é o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas e agentes que o nosso ordenamento jurídico identifica como administração pública, não importa a atividade que exerçam (como regra, evidentemente, esses órgãos, entidades e agentes desempenham função administrativa).” Noutra direção, os mesmos autores explicam que (2017, p. 24): “Administração pública em sentido **material**, objetivo ou funcional representa o conjunto de atividades que costumam ser consideradas próprias da função administrativa. O conceito adota como referência a atividade (o que é realizado), não obrigatoriamente quem a exerce.”

- 12 **Situação hipotética:** determinada chefia do INSS ordenou que um grupo de servidores da referida autarquia avaliasse determinados procedimentos de concessão de benefício e diagnosticasse aqueles que se achavam com prazo a vencer. **Assertiva:** nesse caso, o poder exercido pela chefia é disciplinar e deriva do poder hierárquico.

Errado.

Diferentemente do que afirmado, tem-se o exercício do poder hierárquico na situação apresentada, e não do poder disciplinar. Enquanto este permite a aplicação de penas administrativas, o poder hierárquico permite que o agente superior imponha ordens aos seus subordinados. Agora, da hierarquia resulta o dever legal da chefia controlar seus subordinados. Assim, em caso de descumprimento de ordens, à chefia é dado punir disciplinarmente o infrator, observado o contraditório e a ampla defesa. É nesse sentido que a doutrina explica ser o poder disciplinar exercido sobre agentes públicos corolário do poder hierárquico. Nesse ponto específico, a questão está correta.

- 13 O poder administrativo hierárquico configura um poder de estruturação interna da atividade pública de uma pessoa jurídica, determinando uma relação de hierarquia e subordinação entre os seus órgãos e agentes, sendo a delegação e a avocação formas de sua expressão.

Certo.

Nas palavras de Alexandrino e Paulo (Direito Administrativo Descomplicado, 2017, p. 276): “Hierarquia caracteriza-se pela existência de níveis de subordinação entre órgãos e agentes públicos, sempre no âmbito de uma mesma pessoa jurídica. Deve-se frisar que subordinação só existe no âmbito de uma mesma pessoa jurídica, é estabelecida entre agentes e órgãos de uma mesma entidade, verticalmente escalonados, como do poder hierárquico.”

Se aplicada a Lei n. 9.784/1999, arts. 12 e 15, constata-se que a delegação e a avocação de competências, como afirma a parte final da questão, são atos provenientes do poder hierárquico (salvo quando a delegação ocorrer sem subordinação, junto a órgão e agente de mesmo patamar hierárquico).

Assim como se impõe aos particulares em geral a obrigação de indenizar os danos que derem causa, também deverá o Estado indenizar os danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Sobre as disposições contidas na CF/1988, art. 37, § 6º, julgue a seguinte afirmação.

- 14 As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos atos que causarem danos a particulares somente se verificado que a conduta tenha sido dolosa ou culposa.

Errado.

Segundo o texto constitucional, a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos é do tipo objetiva, independente de dolo ou culpa do agente efetivamente precursor do dano. Eis o texto constitucional que trata do tema (CF/1988, art. 37, § 6º):

Art. 37 (...)

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Atentemos para a parte final do dispositivo citado. Uma vez condenada, a pessoa jurídica terá o direito de regresso contra o agente responsável, devendo provar que ele agiu com dolo ou culpa. Como se exige dolo ou culpa do agente, além do nexo de causalidade, entende-se que sua responsabilidade civil não é objetiva, mas sim subjetiva. Difere, portanto, da responsabilidade da pessoa jurídica que, consoante explicado, é objetiva.

Julgue as afirmativas a seguir a respeito da competência para edição de atos administrativos.

- 15 O ato administrativo que padece de vício na competência fica caracterizado quando exarado por órgão ou agente sem atribuições legais.

Certo.

De fato, a incompetência é um vício que pode comprometer os atos administrativos. Caracteriza-se pelo fato do ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou. Nas lições de Alexandrino e Paulo (Direito Administrativo Descomplicado, 2017, p. 538), trata-se da espécie de abuso de poder denominada excesso de poder, configurada quando: “O agente público atua fora ou além de sua esfera de competências, estabelecida em lei. O excesso de poder é uma das modalidades de ‘abuso de poder’ (a outra modalidade é o ‘desvio de poder’, que corresponde a vício no elemento finalidade dos atos administrativos).”

- 16 Por aplicação da teoria da aparência, os atos praticados por agentes de fato devem ser considerados válidos com o propósito de proteger a boa-fé do administrado.

Certo.

Esse é o entendimento doutrinário mais indicado para as provas do CEBRASPE. Segundo as lições de Alexandrino e Paulo (Direito Administrativo Descomplicado, 2017, p. 539): “Ocorre a denominada função de fato quando a pessoa foi investida no cargo, no emprego público ou na função pública, mas há alguma ilegalidade em sua investidura ou algum impedimento legal para a prática do ato.”

É exemplo de causa de investidura ilegal a posse no cargo de delegado de polícia de um sujeito que não tem habilitação em direito para esse fim. Outro exemplo é a posse de sujeito sem idade mínima legal (18 anos). Também é agente de fato, dessa vez por força de impedimento legal, o agente suspenso de suas funções pelo cometimento de infração disciplinar. Nas palavras dos referidos autores (op.cit): “Em virtude da ‘teoria da aparência’ (a situação, para os administrados, tem total aparência de legalidade, de regularidade), o ato é considerado válido, ou, pelo menos, são considerados válidos os efeitos por ele produzidos ou dele decorrentes. Na hipótese de usurpação de função, diferentemente, a maioria da doutrina considera o ato inexistente.”


Assinatura ILIMITADA 6.0


para concursos e OAB


Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.


A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional.

Assine AGORA a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a Assinatura Ilimitada 6.0 do Gran Cursos Online.


 **FACILITE SEUS ESTUDOS:**
rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.

 **TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:**
faça o *download* de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.

 **VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:**
mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.

 **TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:**
quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.

 **NÚMEROS GRANDES:**
milhares de alunos aprovados, mais de 1 milhão de questões, mais de 23 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.

 **TUDO NA SUA MÃO:**
só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.

 Quero ser assinante ilimitado agora

#VEM
SER
GRAN